

As campanhas góticas da Sé de Viana do Castelo

Alberto A. Abreu *

A Sé de Viana do Castelo é um dos monumentos góticos mais importantes do Norte de Portugal e peça de notável originalidade na arquitectura gótica do País. Tem sido objecto de intensa análise bibliográfica a nível local, mas de desigual valor.

Muita da produção anterior ao último quartel do século XX teimava em classificá-la como românica. Baseava-se esta classificação em dois motivos: um de análise estilística e outro de bairrismo. Sendo este um motivo extra-científico nem mereceria ser referido, e só o faço porque os textos que o seguem ainda são lidos e porque se baseia no preconceito de que um monumento tanto mais prestígio merece quanto mais antigo for e por isso, por mero bairrismo, ainda é aplicado à ponte de Vilar de Mouros, à matriz de Ponte de Lima como à Sé de Viana do Castelo.

A análise estilística classificou como “românico” este monumento por ser “pesado, maciço”, por ter uma fachada flanqueada por duas torres como tantas sés românicas, por ter um vão muito grande relativamente à flecha. Acho que não vale a pena perder tempo a refutar estas afirmações, alegando que há edifícios que possuem tão pouco ou ainda menos verticalismo que a Sé de Viana e que ninguém pensaria em classificar como “românicos”, e que o aspecto “pesadão” não passa duma impressão visual decorrente de a construção ser em granito que dificultou o rasgamento de janelas. E fachada harmónica a possuem igrejas de todos os estilos, e há igrejas (até catedrais) românicas que a não têm. Mas esta classificação foi adubada por essoutro preconceito duma – imaginada – clivagem entre o Norte românico e o Sul gótico.

Mas não vale a pena rebater estas afirmações, porque a cronologia é incomplacente. A Sé de Viana foi construída ao longo do século XV e acabada já no século XVI, altura em que o românico tinha morrido havia muito e em que o gótico, ele também, estava a morrer. Acresce que a Sé Catedral de Viana do Castelo apresenta características indiscutivelmente góticas ao nível da concepção do espaço e da decoração.

Antes ainda de passar à análise – sumária por exigência editorial – do edifício, devo recordar que ele parece tão importante quanto tem sido postergado a nível de bibliografia nacional. Mário Tavares Chicó, naquela que ainda é a melhor obra de síntese sobre *A arquitectura gótica em Portugal*, apenas se lhe refere à fachada – e de passagem – ao fazer uma classificação das fachadas góticas portuguesas. E uma obra recente sobre o gótico do Noroeste do País, detendo-se demoradamente na matriz de Caminha, nem a Sé de Viana refere.

As fases da construção

Viana foi fundada no século XIII como “pobra” no interior dum espaço rural – ao que parece no lugar de Viana desse espaço. Era uma pequena eminência granítica, terreno enxuto à margem do rio Lima, à volta duma extensa laje denominada “Penedo”. Foi junto a ela que se construiu a torre de menagem que, à maneira gótica, ficava colada à muralha. O Penedo ficava,

* Academia Portuguesa de História. Instituto Católico de Viana do Castelo.

portanto, com a torre, no ângulo nordeste da cerca que a partir de 1258 se começou a construir. Era aqui que reunia o concelho, presidido pelo alcaide. Foi no Penedo que foram eleitos os representantes de Viana às cortes que aprovaram o casamento de D. Beatriz com D. João de Castela. A vila e respectiva muralha englobava: as residências da “burguesia” viloa, um poço de chafurdo, e possivelmente uma área de mercado; mas o serviço religioso de igreja e cemitério continuava a realizar-se na velha sede da paróquia rural, em S. Salvador do Adro, cada vez mais denominada “igreja de S. Salvador de Viana”.

A partir do fim do século XIV, consolidada a paz com Castela, depois da derrota dos alcaides e conquista das fortalezas de Neiva, Viana, Ponte de Lima e Melgaço, a torre de menagem de Viana ficou apenas com função simbólica e o Penedo perdeu o prestígio de sede das reuniões do concelho, que cada vez mais se faziam “em câmara”. Teria sido, aliás, D. João I que teria encorajado o início da construção duma igreja no Penedo, que a partir de agora se tornaria um largo espaço praticamente devoluto, para mais quando a vila não dispunha de qualquer igreja intra-muros.

A construção teria começado, como era habitual, pela cabeceira. Mantinha-se a torre de menagem e a ábside foi construída encostada a ela. Como a “burguesia” pretendia uma igreja de espanto, o modelo foi o das colegiadas urbanas, que se inspiraram, segundo Manuel Real, na de S. Pedro de Rates, que veio a ser o paradigma das igrejas beneditinas de 3 naves: três naves curtas e cabeceira de ábside ladeada de dois absidiolos. Mas a construção parece ter estado parada muito tempo, ao que parece por falta de verbas, mas também decerto por oposição do alcaide, cujas instalações militares eram já prejudicadas pela obra em curso. Foi com D. Afonso V que a construção conheceu um impulso decisivo. Sem dúvida que ele se ficou a dever em grande parte à desafecção de Viana da defesa do Entre Lima e Minho, doravante confiada ao Visconde de Vila Nova de Cerveira nomeado em 1476 e que passou a acastelar em Ponte de Lima, retirando ao alcaide de Viana prestígio e funções. Mas também deve ser tida em conta a actuação de D. Frei Justo Baldino, humanista preceptor do príncipe D. João e bispo de Ceuta de 1479 a 1493.

A construção da igreja correu acelerada, chegando-se à fachada, onde o portal foi flanqueado por duas torres: a do sul com as armas de Portugal do rei D. Afonso V e a do norte com as do bispo. A torre sul levou as armas reais, porque substituiu a torre de menagem, ficando a assinalar o poder civil. Mas a torre norte foi afectada ao concelho e provida com o respectivo sino (que como sino concelhio se manteve até finais do século XX), que foi utilizado, antes dos actuais sistemas de sinalização (faróis e “ronca”) para orientar os barcos na entrada da barra. O poder concelhio sediou a sua simbologia na torre norte, que tinha as armas de D. Justo Baldino, a significar o poder eclesiástico.

Se a cabeceira seguiu o modelo das colegiadas, o corpo da igreja seguiu o das sés e matrizes de localidades rivais. Perto de Viana e pertencendo também à diocese de Tui, a igreja do mosteiro de Ganfei apresentava-se com cabeceira de três capelas e corpo da igreja sem transepto como a de Rates, mas com duas torres, como a fronteira catedral tudense. Também desta diocese, bem mais próxima de Viana e sua rival, a matriz de Ponte de Lima adoptou também uma cabeceira de três capelas escalonadas, um falso transepto, mas só uma torre (aliás só se encontrava afectada ao poder eclesiástico, ao contrário da Sé de Braga, cujo prelado era bispo e senhor de Braga e da de Tui por idênticas razões). A igreja de Santa Maria de Viana apresentava-se, como ela, como igreja de três naves sem transepto, mas fachada duplamente torreada. Os dois absidiolos da cabeceira ainda existem: o do lado norte é a capela do Santo Cristo, dos Fagundes, e o do lado sul é a capela do Santíssimo. O corpo da igreja, com 4 tramos era inferior ao das sés de Tui (7 tramos e 5 capelas absidais), Braga (6 tramos mas 3 capelas absidais), mas maior que o das igrejas de três capelas absidais de Ganfei e Ponte de Lima que têm 3 tramos cada uma.

Ora, sucede que, tendo a igreja de Santa Maria de Viana sido construída pela “burguesia” local à qual se começava a aliar uma pequena nobreza de filhos segundos com apetências mercantis, os absidiolos logo foram apropriados por essa pequena nobreza enriquecida para as

respectivas capelas funerárias: os Fagundes instalaram-se na capela do Santo Cristo, como já foi referido, e os Rochas apropriaram-se do absidiolo sul (onde hoje está a capela do Santíssimo como também referi). Foi então que a mais poderosa confraria da vila, então liderada pelos Velhos, quis reservar para os seus uma parte considerável do novo templo. Assim se recorreu à solução já tomada por razões idênticas na igreja do mosteiro de Paderne (também da diocese de Tui); só que as sepulturas se não localizavam já no exterior, mas em arcos sólios no interior da igreja, para o que se construiu uma grande capela lateral, no prolongamento do transepto. Abriu-se depois uma porta de entrada independente, dando para o pátio onde se situa a casa dos Velhos, e na porta o brasão desta família, igual ao que figura na casa (mais tarde picado e hoje reposto) e a epígrafe:

ERA / d(e) 150 / 4 AN(o)S / Ih(s)VS / Esta capela mAndoV fazer / OS MAREANTES

(A família dos Velhos contava entre os seus próceres – talvez o homem que diligenciou por conseguir a capela para a Confraria – João Velho o Velho que contestou a doação de Viana aos Condes de Caminha e a voltou a repor como “realenga”, feito que, segundo a tradição local, estaria consignado na sua lápide funerária.)

Com o acrescento deste amplo espaço no flanco norte, a igreja iria ficar com planta em L, se os clérigos, cuja colegiada aqui foi instituída em 1481 por D. Justo Baldino, se não tivessem também constituído em confraria, que se posicionou no flanco fronteiro. A igreja ficou, assim, com planta em forma de cruz com braços excepcionalmente grandes (praticamente do comprimento das naves). Tão ampla capela resultava da exigência litúrgica de que se não dissesse mais de uma missa por dia em cada altar, o que obrigava a criar um espaço amplo doravante aos dispor das famílias nobres da vila que aí construíram as respectivas capelas para beneficiarem das missas a celebrar pelos clérigos. E assim surgiu, depois da dos Rochas, a capela dos Brandões.

Um espaço na transição do gótico para o Renascimento

Quem entra nesta igreja depara com um espaço gótico – definido por tramos, articulado transversalmente em três naves, estas separadas da nave central por arcos formeiros, iluminação orientada para o cruzeiro a partir duma rosácea aberta na fachada ocidental, invisibilidade do transepto. Entrando pela Capela dos Mareantes, a sensação teria sido a de ingressar num vasto cemitério, como os “paraísos” medievais que antecederiam o santuário (aqui o cruzeiro). Mas quem se posicionar no cruzeiro (que era a localização dos padres durante a missa e as orações para-litúrgicas) o que vê é um amplo espaço com visibilidade de praticamente toda a igreja, que lhe aparece como um vasto salão convergente para o centro da celebração. O espaço criado pelos acrescentos e inflação do transepto foi o duma igreja centralizada em forma de sala de oração e de escuta da prédica.

Dedicada inicialmente a Santa Maria Maior como as sés do País (a megalomania dos construtores também aqui se fez notar), não descansaram os moradores da vila enquanto a não transformaram em matriz, em substituição da igreja rural do Adro, apesar de D. Frei Justo Baldino a ter erigido em colegiada. Por isso, o pórtico, em vez da Virgem, foi decorado com uma glorificação do orago da igreja ainda paroquial: o Divino Salvador. Assim, substituíam-se com vantagem o anterior orago e, com um representação do Juízo Final, adquiria-se o estatuto de igreja paroquial como as que tinham o cemitério (“paraíso”) ao sair da porta principal. O modelo foi, como já o acentuou Flávio Gonçalves, procurado mais uma vez na Galiza, desta vez em San Martín de Noia. Também aqui se procurou representar o Juízo Final nas arquivoltas e o apostolado nos colunelos. Só que com duas diferenças:

1) O Juízo Final de Noia é uma *parousia* gloriosa. Cristo exibe-se ressuscitado, como aqui, mas os anjos tocam música. Aqui, o torso de Cristo nu exibe a chaga do lado enquanto os braços levantados patenteiam outras duas chagas e 10 anjos exibem instrumentos e símbolos da Paixão;

2) O outro aspecto é o que denuncia uma solução imprevista. Os anjos que tocam as trombetas e exibem o dístico “Surgite mortui, uenite ad iudicium” são demasiado pequenos em proporção com o resto do portal. Parece mesmo que os blocos graníticos em que cada um foi esculpido foram encaixados depois de a parede já estar feita. O espaço para os apóstolos foi mal calculado, só chegando para a fiada superior. O local destinado aos seis que seriam subpostos foi preenchido por plintos ornados com modinaturas já renascentistas. Como são renascentistas também as bases das esculturas dos apóstolos, os respectivos capitéis e a arquivolta exterior composta por folhas de acanto.

A euforia gótica final e proto-renascentista do portal, por seu lado, também destoa da sobriedade decorativa de todo o interior gótico da igreja, que já anuncia o pendor austero da decoração “*plain*”, isto é, chã, da arquitectura portuguesa que iria dominar a partir de meados da centúria em que a Sé de Viana foi concluída. De facto, em 1528, senhoriava Braga o príncipe renascentista que foi D. Diogo de Sousa, que desde 1514 incorporara a comarca de Valença da antiga diocese de Ceuta na arquidiocese de Braga, quando a igreja de Santa Maria [Maior] de Viana se instituiu em matriz da vila, em substituição da velha igreja de S. Salvador, que ficou apenas com as funções cemiteriais, até meados do século XIX.

Conclusão

Feito este percurso reconstitutivo das fases da construção da Sé de Viana do Castelo, duas conclusões me parecem de acentuar: estamos perante um edifício gótico de notável originalidade; que essa originalidade decorre das vicissitudes e fases da sua construção; e que este processo se encontra historicamente faseado no espaço de cem anos desde o início do século XV ao princípio do século seguinte.

Foi primeiro uma igreja alternativa à paroquial de S. Salvador a que foi construída no Penedo. Cresceu depois para ser uma igreja de prestígio à custa do amesquinhamento da torre de menagem que ficou subalternizada até ser demolida por ocasião das obras promovidas pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles. Foi nesta altura que viu a edificação das torres, que conseguiu ombrear com as sés e teve orago em Santa Maria Maior. Tornou-se a igreja preferida para sepultura da nobreza local e da Confraria dos Mareantes. Substituiu mesmo a anterior matriz de S. Salvador do Adro.

Foram agentes destas transformações: D. João I, se foi ele (como é tradição) que autorizou a construção no Penedo; D. Afonso V e D. Justo Baldino a quem se deve o dinheiro e o impulso para a construção do corpo da igreja depois da reorganização da defesa do Alto Minho; D. Diogo de Sousa, que erigiu a igreja de Santa Maria Maior em matriz de Viana.

Indicação bibliográfica

As duas obras de mérito a que me referi e que se não referem à Sé de Viana do Castelo são *A arquitectura gótica em Portugal* de Mário Tavares Chicó, 2ª ed., Lisboa, Horizonte, 1968, que só se lhe refere uma vez; e “A arte tardogótica galega e Portugal: algumas considerações = O gótico tardio galego e Portugal: algumas considerações” de Xosé Carlos Valle Pérez, in *Do Tardogótico ó Manierismo: Galicia e Portugal = Do Tardo-Gótico ao Maneirismo: as relações artísticas entre Galiza e Portugal*, S.l., Fundación Pedro Barrié de la Maza e Fundación Calouste Gulbenkian, 1995, p. 49-72.

A única monografia sobre este edifício e ainda útil é a de Maria Augusta de Alpuim, *A Sé Catedral de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, Paróquia de Santa Maria Maior, 1984. É, porém indispensável a utilização da análise e recolha documental realizada por Avelino de Jesus da Costa, *A comarca eclesiástica de Valença: antecedentes da diocese de Viana do Castelo*, separata

do “I Colóquio Galaico-Minhoto”, Ponte de Lima, s.n., 1981. Depois deles, eu mesmo fiz uma síntese do estado das questões. Ver Alberto A. Abreu, “Monumentos medievais de Viana do Castelo”, in *Revista municipal de Viana do Castelo*, 0, Viana do Castelo, p. 4-14.

Não é de esquecer de modo algum o estudioso que mais escreveu sobre o assunto: Francisco José Carneiro Fernandes, “Matriz velha’ e matriz nova’ de Viana”, in *Cadernos vianenses*, Viana do Castelo, 5, 1981, p. 111-132. O aqui consignado foi depois retomado pelo mesmo autor em *Viana monumental e artística: espaço urbano e património de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 1990, reeditado nove anos depois pela mesma entidade em edição bilingue com o título *Tesouros de Viana: roteiro monumental e artístico = Treasures of Viana: artistic and monumental itinerary*.



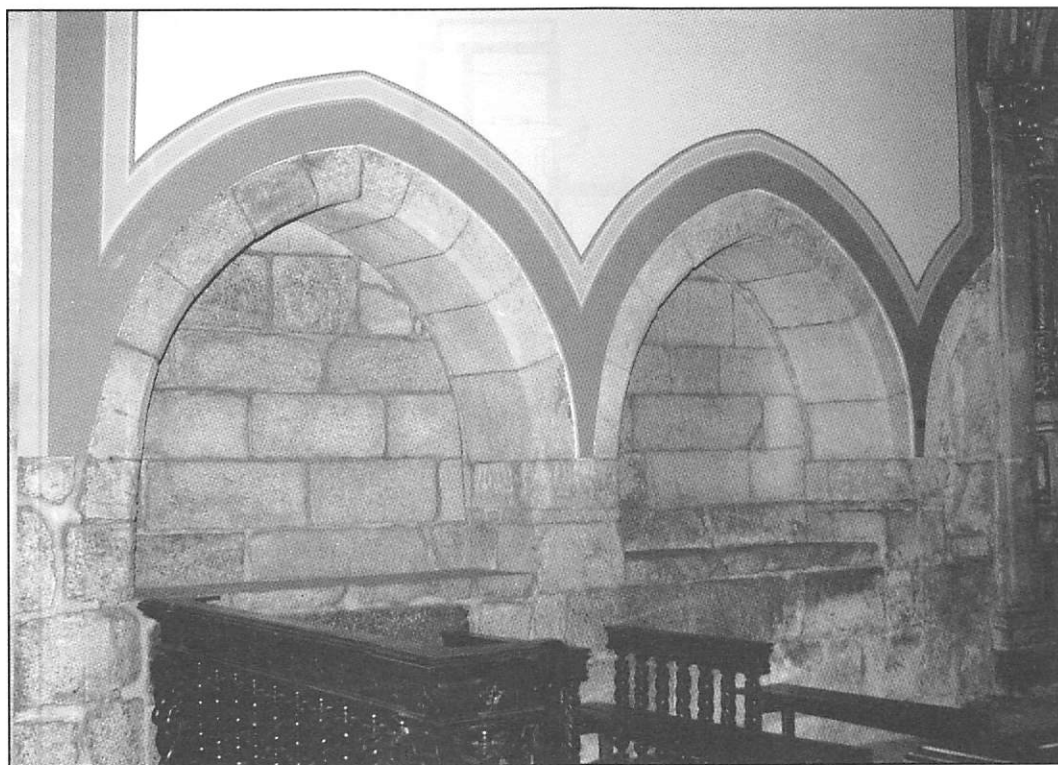
Sé de Viana do Castelo – fachada ocidental



Armas de Portugal, de Afonso V, na torre sul



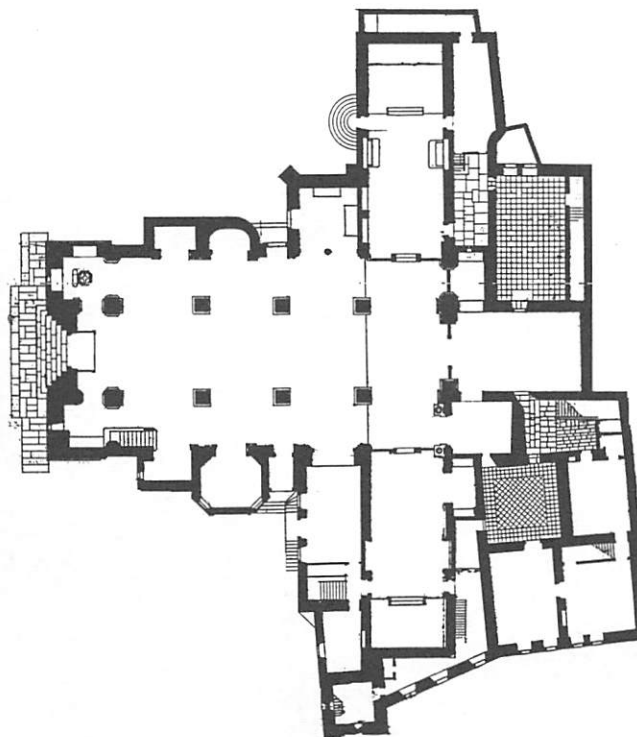
Armas de fê de D. Frei Justo Baldino, na torre norte



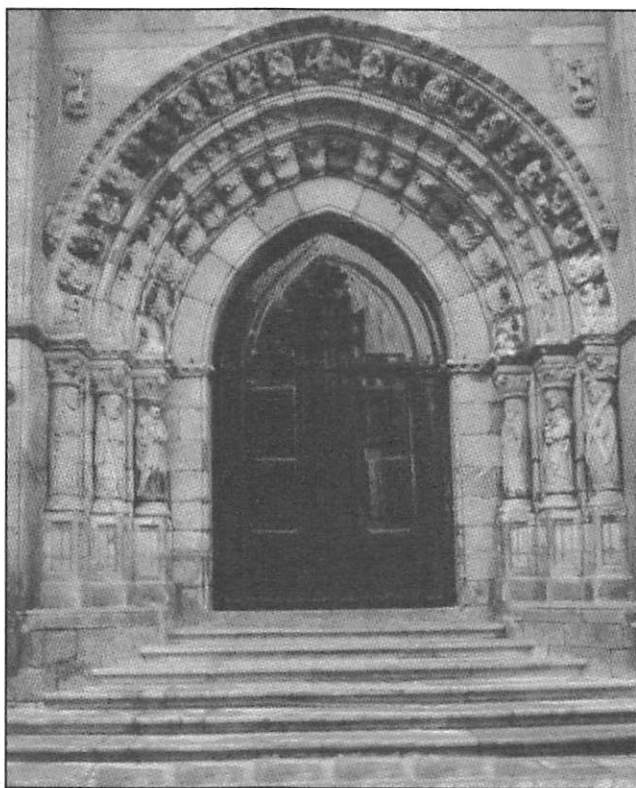
O que resta dos arcossólios da Capela dos Mareantes



Lápide dos Mareantes



Planta da Sé de Viana do Castelo (D.G.M.E.N.)



Portal axial da Sé de Viana do Castelo